

ANTEPROJETO DE LEI Nº 8 /2018

Os Vereadores que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem perante este Douto Plenário apresentar o seguinte ANTEPROJETO DE LEI:



AGIR COMO PRAXE
22/06/18
ARTHUR VIDAL
PRESIDENTE

Sumula: Inclui artigos na Lei Municipal nº 1929, de 20 de março de 2006, que dispõe sobre a isenção de pagamento de taxa de inscrição em concurso público municipal e dá outras providências.

Art. 1º - Acrescentam os artigos 2º e 3º à Lei Municipal nº 1929, de 20 de março de 2006, os quais terão a seguinte redação;

"Art. 2º - Ficam, ainda, isentos do pagamento de valores a título de inscrição nos concursos públicos realizados pela Administração Pública Direta e Indireta, Autarquias, Fundações Públicas e Entidades mantidas pelo Poder Executivo Municipal, os eleitores convocados e nomeados pela Justiça Eleitoral do Paraná, que prestarem serviços no período eleitoral visando à preparação, execução e apuração de eleições oficiais, plebiscitos ou em referendos.

§ 1º - Considera-se como eleitor convocado e nomeado aquele que presta serviços à Justiça Eleitoral no período de eleições, plebiscitos e referendos, na condição de:

I - Presidente de Mesa, Primeiro e Segundo Mesário, Secretários e suplente;

II - Membro, Escrutinador e Auxiliar de Junta Eleitoral;

III - Coordenador de Seção Eleitoral;

IV - Secretário de Prédio e Auxiliar de Juízo;

V - Designado para auxiliar os trabalhos da Justiça Eleitoral, inclusive aqueles destinados à preparação e montagem dos locais de votação.

§ 2º - Entende-se como período de eleição, para os fins desta Lei, a véspera e o dia do pleito e considera-se cada turno como uma eleição.

Art. 3º - Para ter direito à isenção, o eleitor convocado terá que comprovar o serviço prestado à Justiça Eleitoral, por, no mínimo, dois eventos eleitorais (eleição, plebiscito ou referendo), consecutivas ou não.

Câmara Municipal da Lapa
Código Verificador do Processo: 5060
Protocolo 451/2018 20/06/2018
VÁRIOS VEREADORES
Anteprojeto de Lei
CLAUDIA REGINA HOFFMANN JANKOVSKI

09:17:27

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo único. A comprovação do serviço prestado será efetuada através da apresentação no ato de inscrição de documento, expedido pela Justiça Eleitoral, contendo o nome completo do eleitor, a função desempenhada, o turno e a data da eleição, sendo que o benefício de que trata o artigo 2º é válido apenas por um período de 02 (dois) anos a contar da data em que a ele fez jus.

Art. 2º - Esta Lei será regulamentada no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lapa, 15 de junho de 2018.



DIRCEU RODRIGUES FERREIRA

Vereador



MÁRIO JORGE RADILHA SANTOS

Vereador



SAMUEL GOIS DA SILVA

Vereador



ARTHUR BASTIAN VIDAL

Vereador



FENELON BUENO MOREIRA

Vereador



ACYR HOFFMANN

Vereador



OTÁVIO JOSÉ RODRIGUES DE JESUS

Vereador



VILMAR CZARNESKI FAVARO PURGA

Vereador



JOSIAS CAMARGO DE OLIVEIRA JUNIOR

Vereador



JUSTIÇA ELEITORAL
ESTADODO PARANÁ
JUÍZO DA 10ª ZONA ELEITORAL - LAPA

Ofício n.º 11/2018 – 010 ZE/PR

Lapa/PR, 11 de maio de 2018.

Ao Excelentíssimo Senhor
ARTHUR BASTIAN VIDAL
Presidente da Câmara Municipal
Município de Lapa/PR

Assunto: Proposta para criação de Lei Municipal para isenção de taxa de inscrição em concursos públicos municipais para os Mesários Voluntários

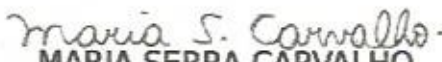
Senhor Presidente

Atendendo à solicitação da Direção Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, e tendo em vista os preparativos para as Eleições Gerais de 2018, bem como a importância da participação dos mesários voluntários, solicito, se possível, a criação de lei municipal para isenção da taxa de inscrição em concursos públicos municipais, para os eleitores convocados e nomeados, que tenham prestado serviço eleitoral, nos moldes da Lei Estadual n.º 19.196/2017 (cópia em anexo).

Caso haja proposta de criação de lei municipal com mesmo fim, solicita-se o envio de uma cópia para conhecimento.

Atenciosamente,


AO JURÍDICO
PARA MANIFESTAÇÃO
15/05/18
Arthur Bastian Vidal


MARIA SERRA CARVALHO
Juíza Eleitoral

Câmara Municipal da Lapa
Código Verificador do Processo: Q52H
Protocolo 347/2018 14/05/2018
MARIA SERRA CARVALHO
Ofício
NES BERNADETE ROMANOSIG DO VALLE

e

16 40 42

Lei 19196 - 26 de Outubro de 2017

Publicado no Diário Oficial nº. 10057 de 27 de Outubro de 2017

Ementa: Dispõe sobre a isenção do pagamento de valores a título de inscrição em concursos públicos, no âmbito do Estado do Paraná, para os eleitores convocados e nomeados, que tenham prestado serviço eleitoral.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Isenta do pagamento de valores a título de inscrição nos concursos públicos realizados pela administração pública direta e indireta, autarquias, fundações públicas e entidades mantidas pelo Poder Público Estadual os eleitores convocados e nomeados pela Justiça Eleitoral do Paraná que prestarem serviços no período eleitoral visando à preparação, execução e apuração de eleições oficiais, em plebiscitos ou em referendos.

§ 1º considera-se como eleitor convocado e nomeado aquele que presta serviços à Justiça Eleitoral no período de eleições, plebiscitos e referendos, na condição de:

I - Presidente de Mesa, Primeiro e Segundo Mesário, Secretários e suplente;

II - Membro, Escrutinador e Auxiliar de Junta Eleitoral;

III - Coordenador de Seção Eleitoral;

IV - Secretário de Prêdio e Auxiliar de Juízo;

V - designado para auxiliar os trabalhos da Justiça Eleitoral, inclusive aqueles destinados à preparação e montagem dos locais de votação.

§ 2º entende-se como período de eleição, para os fins desta Lei, a véspera e o dia do pleito e considera-se cada turno como uma eleição.

Art. 2º Para ter direito à isenção, o eleitor convocado terá que comprovar o serviço prestado à Justiça Eleitoral por, no mínimo, dois eventos eleitorais (eleição, plebiscito ou referendo), consecutivos ou não.

Parágrafo único. A comprovação do serviço prestado será efetuada através da apresentação no ato de inscrição de documento, expedido pela Justiça Eleitoral, contendo o nome completo do eleitor, a função desempenhada, o turno e a data da eleição.

Art. 3º O benefício de que trata esta Lei será válido por um período de dois anos a contar da data em que a ele fez jus.

Art. 4º Esta Lei será regulamentada no prazo de trinta dias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Fernando Eugênio Ghignone
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Valdir Rossoni
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

LEI Nº 1929, DE 20 DE MARÇO DE 2006

Súmula: Isenta de pagamento de taxa de inscrição para concurso público municipal, a pessoa que comprove estar desempregada.

A Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada por esta Lei a isenção de pagamento de taxa de inscrição para concurso público municipal.

Parágrafo único – Referente isenção beneficiará somente a pessoa que comprovar através de uma declaração com firma reconhecida, informando que esta desempregada no ato de inscrição do concurso público, anexando, ainda, cópia de sua CTPS, ratificando essa declaração.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lapa, em 20 de Março de 2006.

Miguel Batista
Prefeito Municipal